

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-3-2019.

---

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Dr. Goulart, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo n<sup>os</sup> 073 e 177/18 (Processos n<sup>os</sup> 0809 e 1386/18, respectivamente), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 175/18 (Processo n<sup>o</sup> 1383/18), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 018/19 (Processo n<sup>o</sup> 0029/19), de autoria de Marcelo Sgarbossa; e os Projetos de Lei do Legislativo n<sup>os</sup> 146/18 e 019/19 (Processos n<sup>os</sup> 1322/18 e 0030/19, respectivamente), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foi apregoado o Ofício n<sup>o</sup> 181/19, do Prefeito, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 362/17 (Processo n<sup>o</sup> 3140/17). Ainda, foi apregoado o Processo SEI n<sup>o</sup> 037.00042/2019-32, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6<sup>o</sup> e 7<sup>o</sup>, do Regimento, sua participação, no dia dezoito de março do corrente, em reunião do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, em Brasília – DF. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Roberto Robaina, este duas vezes, Valter Nagelstein e Cassiá Carpes. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Alvoni Medina, Mendes Ribeiro, Lourdes Sprenger, Dr. Goulart, Ricardo Gomes, Eng<sup>o</sup> Comassetto, Valter Nagelstein e Eng<sup>o</sup> Comassetto, este em tempo cedido por Paulo Brum. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Hamilton Sossmeier. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Nelcir Tessaro. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1<sup>a</sup> Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo n<sup>os</sup> 019 e 020/18; e, em 2<sup>a</sup> Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n<sup>os</sup> 131/18 e 005 e 008/19. Às quinze horas e cinquenta e nove minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mendes Ribeiro, Alvoni Medina e Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1<sup>o</sup> Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Ver. Mendes Ribeiro, na presidência dos trabalhos desta sessão, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, hoje venho para falar sobre a saúde do Município de Porto Alegre. Infelizmente o Ver. Aldacir Oliboni, vereador atuante na área, não se encontra neste momento no plenário. A saúde de Porto Alegre tem melhorado muito nesta gestão, apesar dos grandes problemas que temos na saúde, como em todas as áreas, pela falta de recursos financeiros. A saúde do Município de Porto Alegre tem avançado bastante com uma nova visão. E é através dessa nova visão que eu quero trazer aqui aos vereadores – talvez já tenham escutado através da imprensa – que o Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde, vai lançar, neste mês de março, um edital de chamamento público visando qualificar a estratégia da saúde na gestão de Porto Alegre.

Esse edital, vereadores, fará um chamamento de uma entidade civil para assumir o posto de atendimento da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus. Por que isso? Porque nós acreditamos na contratualização com uma entidade civil, como exemplos que já temos na cidade de Porto Alegre do Hospital Restinga e do Hospital Santa Ana, onde se busca menos custo e mais benefício para a população de Porto Alegre. Nós queremos dessa forma, então, trazer essa entidade civil para esses postos de atendimento, trazendo mais estrutura física e melhorando, dessa forma, o atendimento à população. Essas entidades serão responsáveis pela contratação e pelos serviços dos postos de saúde, ficando a Prefeitura com a parte da gestão, do controle financeiro e da fiscalização.

Essa estratégia tem dado certo no Município de Porto Alegre, assim como temos o exemplo de onde já está acontecendo, na duplicação do Hospital da Restinga, na abertura do Hospital Santa Ana, na ampliação do contrato com o Hospital Independência, na estratégia em telessaúde com a UFRGS e assim por diante. Isso já tem funcionado e bem, inclusive podemos usar como exemplo o atendimento na Restinga: no Hospital da Restinga tínhamos um investimento de R\$ 5,4 milhões, com 62 leitos. A partir de uma parceria, o Hospital da Restinga, hoje, vereador, tem um atendimento com R\$ 3,7 milhões - R\$ 1,7 milhão a menos -, aumentando de 62 para 110 leitos. Então, isso comprova que diminui o custo, melhora o benefício para os que mais têm que ser beneficiados, que são as pessoas, a sociedade, isso acontece com essas parcerias. Então, o que continua? Os atendimentos de urgência que hoje acontecem no posto de atendimento, tanto da Lomba do Pinheiro quanto da Bom Jesus, vão continuar 24 horas por dia, sete dias por semana. A garantia que melhora: com certeza, melhora o atendimento, por quê? Porque nós sabemos que o serviço público tem a desvantagem, Ver. Robaina, de ter que fazer concurso público para contratar; se um servidor tira férias, temos dificuldade de recolocar outra pessoa no lugar; quando um servidor da saúde, por algum problema, se afasta, temos dificuldade de substituir. Com a implementação desse sistema, temos muito mais agilidade no setor privado para substituição desses servidores, desses funcionários, desses trabalhadores da saúde, e com isso a população terá a garantia do atendimento sempre, porque teremos os profissionais à disposição para melhor atender a população. O edital ainda prevê uma

reforma da estrutura física, que será executada com muito mais velocidade porque será feita pela iniciativa privada e não pelo próprio Município, que vai prever então, no edital, a melhora física desse empreendimento. Isso vai proporcionar algo pelo qual o Município vem lutando desde 2012, que é o cadastramento do governo federal de transformar esses dois postos de atendimento, da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus, em UPAs, e até hoje o Município não conseguiu, com isso, já teve que inclusive devolver, no ano de 2014, um valor próximo a R\$ 1 milhão. Com isso, então, nós teremos a oportunidade de melhorar a estrutura física e o atendimento, com mais profissionais de saúde, dos credenciados do governo federal, como UPAs, isso também gerará ao Município uma maior arrecadação de recursos, mais transferências federais para o Município de Porto Alegre, que podem chegar a R\$ 1 milhão mensal, R\$ 500 milhões por unidade no Município de Porto Alegre, que levará dessa forma mais recursos para a saúde de Porto Alegre. Além disso, também os 199 profissionais da saúde, que são servidores do Município, que trabalham nesses dois pontos de atendimento, poderão, através de um processo seletivo, ser remanejados para outras unidades de saúde de Porto Alegre, melhorando também o atendimento do Pronto Socorro, do Hospital Presidente Vargas, e outras unidades da cidade de Porto Alegre.

Portanto, sou totalmente favorável, tenho certeza que a grande maioria dos vereadores também. Assim como aconteceu na Restinga, que aconteceu no Hospital Santa Ana, eu tenho certeza de que é uma boa notícia para a cidade de Porto Alegre, para as pessoas que utilizam o sistema de saúde, que terão um sistema atendido por profissionais privados, mas uma saúde pública de qualidade, com um melhor atendimento e mais agilidade para a cidade de Porto Alegre. Então, quero parabenizar a Secretaria de Saúde e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre por mais essa iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Alvoni Medina assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Caríssimo Ver. Alvoni Medina, que preside os trabalhos; caríssimo Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, que vai nos passar as informações que acabou de colocar aqui na tribuna; eu uso hoje esta tribuna em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores para colocar uma situação dramática em que vivem os ambulantes do triângulo da Assis Brasil. Eu tenho em mãos aqui mais de mil assinaturas de usuários do triângulo que pedem uma solução para esses trabalhadores que vendem lanches e alguns produtos ali. Eu, há quatro, cinco meses, fiz uma reunião com o diretor de Indústria e Comércio, o Luís Antônio, inclusive propus a ele, cheguei até fazer um modelito, um desenho de como eu achava que deveria organizar os ambulantes lá, até porque eu sou uma das pessoas, junto com outros

vereadores, que estão empenhados em resolver o problema do triângulo e sua cobertura. Agora nós tivemos a notícia recente, à qual estamos atentos. Tentei, agora, falar com o Ver. Luciano Marcantônio, mas como ele perdeu o seu pai ontem, não está na secretaria para discutir a questão da obra. Estou tentando, já recebi um retorno do Eduardo Cidade, que é o secretário municipal do Desenvolvimento Econômico, que vai tentar verificar essa situação. Eu só quero uma coisa: uma solução, não nos serve enrolação. Até esse momento, Mauro, com todo o respeito, eu tenho ido conversar com o secretário de Desenvolvimento Econômico, até porque eu não fujo da responsabilidade de ex-secretário – e aqui comigo tem vários ex-secretários: o Goulart, o Valter, o Cecchim, o Pujol, e nós já passamos por essas secretarias, sabemos da importância que têm. É um serviço bem organizado, eu estive, recentemente, durante o dia e no entardecer, já no início da noite, lá no triângulo. É uma situação dramática a do triângulo, e esses trabalhadores, eu vejo que, desde 5h30min, 6h, muitas pessoas se valem exatamente da corrida de ir tomar aquele cafezinho que não conseguiram esquentar em casa, de pegar um salgadinho, um lanche, um doce, para irem para o seu trabalho. Nós temos que ter uma responsabilidade com vocês, trabalhadores desse serviço de comida de rua, como nós denominamos atualmente. Estão aqui em nosso plenário acompanhando, Ver. Robaina, trabalhadores lá do triângulo. Nós não queremos delongas, porque, inclusive, como o prazo findou, queremos pedir, encarecidamente, que o líder do governo peça para que se suspenda imediatamente essa decisão, até que façamos uma reunião emergencial com o secretário Cidade. Ele não pode se queixar, Mauro, de mim, porque eu, inclusive, o procurei e fiz um conjunto de propostas – e V. Exa. me conhece desde os áureos tempos da antiga SMIC, como nós trabalhamos sempre em sintonia com a sociedade em geral. Nós queremos solução. Nós estamos aqui para isso. Eu estou aguardando o telefonema da secretaria para lá pautar uma reunião. E os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui conhecem o nosso estilo de trabalho, que é a busca de soluções. Aqui, em alguns momentos, há alguns discursos altos, às vezes até gritados, com pouca solução, mas nós buscamos soluções efetivas para o triângulo da Assis Brasil. Foi assim que nós lutamos para a cobertura, foi assim que nós pressionamos formas justas, legais e leais, e, assim, Mauro Pinheiro, líder do governo, trabalhamos nessa questão. V. Exa. é da região, conhece bem a situação, espero que V. Exa. e outros vereadores se juntem a nós para uma solução. Nós podemos ter uma solução, porque verifiquei, em várias partes dos estudos que venho fazendo, a necessidade da condução que nós temos para resolver essa questão. Por isso acho fundamental ter esse diálogo nesse momento. Acho que já temos uma resposta; se for assim, melhor ainda. No dia 19 de março, às 9h, temos reunião agendada com o secretário Cidade. Portanto, Mauro Pinheiro, líder do governo, está agendada a reunião, peço que V. Exa. suspenda provisoriamente a suspensão, porque isso já é no início da semana, e que nós possamos fazer uma boa reunião.

Eu avisei todo mundo, acho que ninguém se opõe se outros vereadores quiserem participar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** ...Concluo, Ver. Alvoni, agradecendo a V. Exa. pela tolerância. Agradeço a presença do pessoal do triângulo da Assis Brasil, que sempre tem se portado de uma forma ordeira, compromissada. Eu sei que os produtos de vocês são muito bons, e o povo vai agradecer. Mil pessoas aqui estão pedindo que vocês permaneçam. A forma de ficar não somos nós que vamos determinar, o governo pode achar boas soluções, inclusive eu fiz sugestões nesse sentido. Muito obrigado, esperamos uma vitória da cidade de Porto Alegre, dos usuários do transporte coletivo, que buscam seu lanche na madrugada ou no fim da tarde, e a vocês, doze ambulantes, que estão lá, que sustentam mais de 40 pessoas e suas famílias. Sucesso para todos nós, muito obrigado, uma boa quinta-feira!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder e, após, prossegue em Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, Ver. Medina, vereadores e vereadoras, trabalhadores que trabalham no triângulo e que estão aqui organizados para defender as suas reivindicações. O Ver. Adeli agora fez uma intervenção se referindo a essa questão. Eu quero deixar claro, Adeli, a gente se conhece há muitos anos, que sou totalmente solidário e parceiro a essa iniciativa que eu vi que tu já tomaste de fazer uma reunião com o secretário Cidade, para que este problema seja solucionado, porque, de fato, o tema dos ambulantes é grave. O que eu tenho visto na gestão Marchezan é um ataque sistemático ao direito ao trabalho. Nós temos aqui a orla, cujo formato original, o projeto arquitetônico previa inclusive todo um espaço para o trabalho dos ambulantes e, infelizmente, esse espaço previsto no projeto arquitetônico não está sendo respeitado aqui na orla. Então, em geral, a regra tem sido repressão ao trabalho dos ambulantes e não a defesa do direito ao trabalho, no momento em que o desemprego é tão grande. Esse é o primeiro ponto e eu queria manifestar a minha solidariedade aos trabalhadores ambulantes e dizer que eu estou à disposição para o que for necessário, para que a gente possa garantir o direito ao trabalho.

Ponto dois, o Ver. Mauro Pinheiro fez uma intervenção em nome do governo falando que a saúde de Porto Alegre está avançando muito. Nós não devemos viver na mesma Cidade, Ver. Mauro, eu acho que a saúde está numa situação muito ruim. Infelizmente os projetos de vocês têm a tendência a piorar, porque, na verdade, são projetos que estão tentando tirar a responsabilidade do poder público sobre a saúde. E, portanto, são projetos que, em última instância, desmontam o Sistema Único de Saúde. O SUS, no Brasil, já é precário, já tem sido muito atacado, mas o fato de nós termos o SUS é uma conquista histórica do movimento em defesa da saúde e,

infelizmente, o governo Markezan se esforça em destruir essa conquista. A próxima etapa desse projeto de destruição é justamente aquilo que o Mauro Pinheiro anunciou no seu discurso, que é a privatização do pronto atendimento na Lomba do Pinheiro e na Bom Jesus. É muito grave que haja essa privatização. Não é a primeira vez que é tentado um processo de privatização da Bom Jesus, por exemplo, já em 1996 teve uma primeira tentativa, portanto, não é do Markezan, já houve mobilização dos trabalhadores para manter o posto de saúde público e, agora, novamente essa mobilização será necessária. Eu já conclamo a quem tiver possibilidade, a quem conhece esse assunto a se mobilizar junto conosco, no dia 19 de março, ao meio-dia, quando teremos um ato popular em defesa do SUS 24h na Bom Jesus. Esse vai ser o ato e a primeira tentativa de resposta a esse projeto do governo Markezan de privatização do sistema público de saúde ali na Bom Jesus e na Lomba. Esse é o segundo aspecto que eu queria falar na minha intervenção.

Eu, igual, hoje, fiz questão de usar a tribuna porque hoje completa-se um ano do assassinato da nossa vereadora Marielle Franco, que para nós é muito caro, todo mundo sabe, não é fácil o fato de nós termos perdido uma companheira valorosa como a Marielle – um ano dessa perda, que foi uma situação muito dramática para nós. E aqui saúdo a chegada do deputado, vereador e liderança partidária, Pedro Ruas. Nós fundamos o PSOL em 2004, e esse foi um momento particularmente doloroso para nós porque somos um partido que tem lutado por uma série de causas: por direitos dos trabalhadores, contra a injustiça, contra a desigualdade, e termos uma liderança mulher, jovem, negra, que tomba nessa luta sempre é um peso grande. Passado esse ano, estamos muito orgulhosos dessa luta. Nós queremos fazer a disputa pela memória da Marielle. O fato de que tenham sido descobertos os dois responsáveis diretos pela execução, pelo assassinato, dois ex-policiais integrantes da milícia, ligados ao crime organizado no Estado do Rio de Janeiro foi um passo importante, embora tardio; só um ano depois se descobrem os dois autores. Mas até agora não há nenhuma explicação, não há nenhuma indicação de quem sejam os mandantes do assassinato da nossa vereadora. E isso não é uma questão menor; ao contrário, está claríssimo, não precisa ser policial e investigador para saber que esses que puxaram o gatilho não foram os que deram a ordem, não foi motivação individual. Foi um a motivação ligada a uma ordem política, comercial. É evidente que esses assassinos, ligados às milícias, estão ligados ao tráfico de armas e ao crime encomendado. Portanto, não foi um ataque de ódio desse ex-policial miliciano, foi um crime encomendado. Num País, já no caso do Rio de Janeiro, mas não é só no Rio de Janeiro, onde a política e o crime têm relação tão estreita, onde, na política, tem muito peso o crime de corrupção e, também, o crime de execução, é mais importante ainda a investigação de quem mandou.

Nós sabemos que, no caso específico do Rio de Janeiro, onde tem a ponta mais avançada da degeneração do regime político brasileiro, boa parte dos ex-governadores estão presos; o Sérgio Cabral está preso, Pezão, está preso, o ex-presidente da Assembleia Legislativa está preso e vários deputados do MDB estão presos. Então, a relação do MDB do Rio de Janeiro, que era o MDB mais poderoso, quase, do País, com o crime organizado é uma relação comprovada. A relação da cúpula

do MDB carioca com o crime, com as milícias já está comprovada. Isso não quer dizer que tenham sido os líderes do MDB os autores, os mandantes.

O que nós queremos é que se investigue, nós queremos saber quem são os mandantes, pois nós sabemos que a cúpula do MDB do Rio tem, sim, ligação com as milícias, e parte está presa por isso. E nós temos, evidentemente, também, preocupação, porque nós temos, na alta cúpula do governo País, um Presidente da República que, politicamente, ao longo de sua carreira, teve uma política de incentivo à violência, de incentivo ao ódio contra aqueles que defendem as bandeiras pelos direitos civis e democráticos e pelos direitos das mulheres, dos negros, das minorias, da comunidade LGBT.

Nós sabemos que temos um Presidente da República que propaga o ódio. Nós já sabemos, também, que o filho do Presidente da República – que não é simplesmente filho do Presidente da República, é senador eleito pelo partido do Presidente da República – empregou familiares de gente ligada, de gente integrando o escritório do crime no Rio de Janeiro. Então, quando temos uma cúpula do Poder Central ligada politicamente à defesa das milícias, e quando nós sabemos que nossa vereadora foi assassinada por milícias, é lógico que nós exigimos, alto e bom som...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** ...que se esclareça quem são os mandantes. Por isso, hoje, faremos um ato em defesa da justiça e da memória de Marielle, ato que está ocorrendo no País inteiro, em várias cidades do mundo, e irá ocorrer no final da tarde aqui na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB):** Passamos às

## COMUNICAÇÕES

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Sr. Presidente e Srs. Vereadores, ainda hoje coloquei nas minhas redes sociais e em meu Instagram que quem é conservador não prega nem defende ideias de ódio, ele se pauta na sua atuação política pelo primado da consciência, pelo primado do conhecimento, pelo primado do equilíbrio. Mas assim pensando sou obrigado a registrar aqui uma profunda diferença, especialmente com a fala do Ver. Robaina e do PSOL. O PSOL politiza tudo! Primeiro o PSOL queria saber quem tinha matado Marielle, agora descobriram quem matou a

Marielle, pelo menos a polícia tem indícios fortes, contundentes. Não satisfeito com isso, esse deputado federal, o Freixo, vai lá e faz as críticas mais grosseiras e absurdas contra a polícia dizendo que demorou demais. A gente está vendo que é uma investigação das mais complexas que podem existir. Os caras conseguiram levantar um fio praticamente impossível de uma meada, portanto a polícia merece todos os elogios, mas eles são contra a polícia, eles acham que a polícia é a repressão do estado – eles são anarquistas, na verdade –, a menos que seja o estado de extrema esquerda que eles defendem, aí vale. Não bastando ter criticado à polícia, agora querem saber quem é o mandante. Eu fico me perguntando o seguinte: eles falam, de um lado, que o crime contra o Bolsonaro, a tentativa de assassinato do Presidente foi um ato de vontade única, individual e exclusiva do Adélio, que é o autor do crime – são sempre dois pesos e duas medidas –, e, portanto, nesse caso não tem nenhuma outra articulação, nada por trás; mas, no caso da Marielle, para eles, tem que ter alguma coisa por trás, porque eles precisam ficar explorando, porque vivem da exploração, infelizmente, e, inclusive, lamentavelmente, de cadáveres. Esse é um primeiro registro.

Queria falar de um tema da Cidade, e agradecer ao Ver. Cecchim, à Ver.<sup>a</sup> Lourdes e ao Ver. Mendes Ribeiro: aeroporto de Porto Alegre. Tem um livro conhecido que se chama *Arando o Mar*, que fala dos diferenciais competitivos e da necessidade de determinadas economias emergentes investirem em infraestrutura para poderem acessar certos mercados. Estou falando isso porque o aeroporto é fundamental para o Rio Grande do Sul, assim como para qualquer outro lugar. Andaram falando aí de aeroporto de Nova Santa Rita; isso era uma bobagem, nós precisamos de um aeroporto bom em Porto Alegre, até porque, entre outras coisas, nós vamos desenvolver toda uma economia lá na volta do aeroporto, que se chama *cluster*. Nós vamos levar para lá diversas empresas, inclusive as que trabalham com exportação, e isso vai fortalecer ainda mais uma cidade como Porto Alegre que, desde o final da década de 1960, vem se desindustrializando e, desde a década de 1980, vem perdendo substrato econômico. Porto Alegre é uma cidade que empobrece, tanto empobrece que há 15 anos éramos considerados nas pesquisas a primeira capital brasileira em qualidade de vida e hoje nós temos indicadores de violência, em muitos casos, superiores ao Rio de Janeiro, por exemplo. Nós temos mais de 34 homicídios por 100 mil habitantes, há regiões da Cidade que são uma verdadeira guerra de facções – Bala na Cara, Antibala, Os Manos, Os Brasa –, tudo isso dominando certos lugares de Porto Alegre. Entre outras coisas, isso ocorre – pelo tráfico, sim, pela violência – pela degradação econômica, Ver.<sup>a</sup> Lourdes. Degradação econômica que faz com que as nossas ruas estejam caindo aos pedaços, que os nossos monumentos estejam todos quebrados, que o nosso Centro Histórico não seja mais o que foi um dia, que os nossos serviços públicos estejam muito ruins, que não tenha dinheiro para pagar sequer o funcionalismo, que tem uma folha que cresce a cada dia. O Ver. Cecchim, que é empresário, sabe a dificuldade, hoje em dia, de ser empresário em Porto Alegre e como a nossa economia decresceu.

Um aeroporto é estratégico para isso. Os senhores imaginem o seguinte: grande parte da produção do polo metalmeccânico de Caxias do Sul é mandada direto para Campinas porque os aviões não podem decolar daqui. Pois bem, dito tudo isso, é



fundamental para Porto Alegre ter um aeroporto novo, um aeroporto ampliado, uma pista que dê condições para grandes aviões, inclusive cargueiros, saírem daqui para os destinos da Europa e para os destinos dos Estados Unidos. O que está acontecendo hoje? O DEMHAB fez mais de 1,1 mil habitações. Essas habitações estão vazias, aguardando a transferência das pessoas que estão na invasão que redundou, depois, na Vila Nazaré. Portanto, as casas estão prontas, e o Município vai dar as casas para essas pessoas. Aí, articulações políticas aqui patrocinadas pelo PSOL, com eco no Ministério Público Federal e no Ministério Público do Estado, estão dizendo que é insuficiente o valor de R\$ 80 mil que vai se dar de indenização para aquelas pessoas – querem que se dê R\$ 150 mil para cada família. E a empresa, que não tinha isso nas suas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** ...diz o seguinte: “Esses R\$ 150 mil não têm parâmetro em nada. Por quê? Nós já estamos dando um apartamento, e esse apartamento custa R\$ 80 mil”. E, aí, as obras, que eram para começar agora em abril não têm data para começar.

Então Porto Alegre hoje padece da falta de um aeroporto com condições que permita que a Cidade se consolide e desenvolva um novo polo, e nós vamos perder não sei quanto tempo por força dessas questões políticas que têm eco no Ministério Público e que impedem a transferência das pessoas que estão lá na Vila Nazaré. Pior do que isso, ainda tem o tráfico de drogas por trás, porque a Vila Nazaré é o maior ponto, hoje, sabidamente, de distribuição de maconha no Rio Grande do Sul, portanto, tem também o tráfico incentivando pseudolideranças políticas para isso. Então, a Câmara precisa – e eu estou na CUTHAB – chamar a atenção para esse assunto, e nós precisamos fazer a transferência da Vila Nazaré e viabilizar o novo aeroporto de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB):** Boa tarde, senhoras e senhores, boa tarde a todos que nos assistem através da TVCâmara e aos que se encontram nas galerias. Gostaria, primeiramente, de saudá-los. Hoje estou aqui para falar de uma grande parceria que será lançada hoje no Município de Porto Alegre entre a Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social – Anasps – e a MaturiJobs 50+, plataforma de recrutamento e seleção que hoje é uma referência no

assunto de longevidade ativa. O projeto que será realizado hoje, à tarde, na Anasps, pretende atuar com força no Estado, e a ideia é oferecer mais de duas mil vagas de empregos. Já existem dezenas de empresas cadastradas aqui no Município, inclusive estarão no evento fazendo seleção de trabalhadores para as vagas. Atualmente, percebemos que pessoas talentosas são banidas do mercado de trabalho por conta da idade. De uma hora para outra, pessoas completamente ativas perdem o seu espaço. Pensando nisso, também sou autor do projeto Porto Alegre 50+, que tem por objetivo facilitar o acesso ao mercado de trabalho às pessoas com mais de 50 anos. Aos porto-alegrenses com mais de 50 anos como sujeitos de direito, apurados pela Constituição Federal, deve ser ofertada uma oportunidade de reinserção ao mercado de trabalho, ou seja, uma oportunidade para que esses possam garantir o sustento próprio e de suas famílias. Não podemos fechar nossos olhos, em pouco tempo, a população acima de 50 anos vai triplicar no Brasil e ultrapassará o número de jovens. Por isso precisamos agir agora. Conto com o apoio dos nobres vereadores para construirmos um futuro cheio de possibilidades, em que a idade não seja mais vista como rótulo de validade, e sim como índice de experiência de vida. Acredito, meu nobre Mendes Ribeiro, num futuro em que ninguém mais decida por nós quando é a hora de parar, e em que todos valorizem a riqueza da troca de experiências entre as gerações. Nós vamos lutar pelos nossos idosos, que são mais de 240 mil na cidade de Porto Alegre. Que Deus abençoe a todos, uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara; hoje foi dado um passo muito importante para a concretização da terceira edição da Semana do Jovem Empreendedor. Essa semana, que é extremamente importante para a Cidade, foi um projeto deste vereador que foi aprovado com a ajuda dos colegas vereadores. E esse projeto vem dando frutos a cada ano. No primeiro ano, foram em torno de 600 pessoas inscritas; no segundo ano, já passou para mais de mil pessoas, e, neste terceiro ano, a gente espera fazer uma semana ainda melhor, com mais atratividade, com mais parcerias, pensando em atingir o maior número de pessoas possível.

Hoje tivemos, na Federasul, a primeira reunião da semana sobre esse evento, que acontecerá do dia 1º ao dia 7 de maio. Quero aqui fazer um agradecimento especial a Agipoa, que tem sido a nossa grande parceira desde o início, que tem trabalhado diariamente, com muito afinco, para que essa semana seja mais um *case* de sucesso e seja levada para outros lugares como exemplo, como modelo. Deixou-me

muito feliz ver hoje o público que ali estava interessado em participar e fazer dessa Semana, cada vez mais, um sucesso e um *case* para a cidade de Porto Alegre. Lá estavam: a SPM; a Agas Jovem; a Tecnopuc; a CDL Jovem; o SEJA; a Associação Gaúcha de Startups, e a Farsul Jovem. Vejam que são representatividades importantes da nossa Cidade, que têm engajamento, que têm um trabalho sério, e tenho certeza que com a ajuda dessas entidades e dos vereadores, essa Semana será um sucesso em Porto Alegre. Quero agradecer muito o Felipe, da Coordenadoria Municipal da Juventude, que, desde o início, tem sido parceiro. Neste ano, a semana terá algo especial: apresentamos uma emenda ao orçamento, aprovada na Câmara, destinada à Semana Municipal do Jovem Empreendedor. Quero trazer essa Semana para a Câmara Municipal de Porto Alegre, porque foi aqui que ela foi aprovada, com muito trabalho e muitas parcerias, e para que possamos ter mais força. Essa Semana não é deste vereador, não é das entidades parceiras, mas é de todos nós, porto-alegrenses. Deixo aqui o convite aos vereadores, inclusive para que sugiram palestras, locais, porque serão palestras descentralizadas, totalmente gratuitas, onde possamos trabalhar, cada vez mais, essa cultura empreendedora na cidade de Porto Alegre. Sabemos que o Município vem passando por grandes dificuldades, e o grande propulsor da economia, do desenvolvimento, da geração de renda, da geração de emprego é o empreendedorismo, e temos que trabalhar cada vez mais essa bandeira na cidade de Porto Alegre, para fortalecer e gerar riqueza para a nossa Cidade, para que os porto-alegrenses possam ter serviços adequados e que sejam importantes para a vida e para a qualidade. Então, fica o convite para os vereadores para que participem com ideias, sugestões, e que possamos todos trabalhar em prol dessa Semana Municipal do Jovem Empreendedor, de 1 a 7 de maio. Muito obrigado, uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-la, Ver.<sup>a</sup> Mônica, Presidente da Casa; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Aproveito hoje para falar de um tema de Porto Alegre, Ver. Rafão. Anteontem saiu uma matéria sobre as calçadas de Porto Alegre. Muito boa a matéria, mas quero aqui traduzir para vocês uma experiência que eu tive como secretário de obras de Porto Alegre no governo Fogaça, quando fizemos uma campanha: calçada nota dez. O que nós fizemos? Isso serve como sugestão para o secretário atual, já que a SMOV que nós tínhamos era uma, hoje é nenhuma. Esta é a diferença: a reforma administrativa que nós aprovamos aqui não é essa que está aí, Ver. Cecchim. Não é essa! Retaliaram as secretarias que ainda existiam. A SMOV era uma secretaria forte, pujante, com um quadro de funcionários enxuto. A minha sugestão, e foi dessa forma que eu fiz, como secretário, todos os CCs da SMOV saíam para apontar, anotar as calçadas que estavam ruins no Centro e em vários bairros da Cidade. Olha, fizemos parceria com os taxistas – ninguém melhor do que os taxistas

para dizer, por exemplo, onde é que tinham os buracos nas ruas –, ou seja, criamos ideias, simples, mas objetivas. Conversávamos com comerciantes por que a calçada deles não poderia ser melhor. Conversávamos com o contribuinte por que a sua calçada não poderia ser melhor, já que é responsabilidade do contribuinte. E também a prefeitura fazendo a sua parte, porque tem tarefas que são da prefeitura. Por exemplo, no Centro da Cidade, na Rua dos Andradas, a calçada está horrível, faltando lajes, pedras, e quero sugerir ao secretário que faça essa experiência. Às vezes, os CCs não estão fazendo nada, estão encostados, vem aqui para Câmara. Para Câmara podem vir nas segundas, quartas e quintas-feiras, mas nos outros dias poderiam ir para a rua e anotar, numa planilha, os buracos que têm na Cidade, as calçadas mal feitas. Façam alguma coisa! São ideias, foi assim que eu fiz. Embora não fosse um longo tempo, mas naquele período nós conseguimos sanar. Não é só multando, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, nós não íamos multar, nós íamos fiscalizar, ver onde tinham os problemas, conversar com os contribuintes, conversar com os lojistas para melhorar. Porque, agindo assim, melhoraria para ele, para o vizinho. A grande reclamação dos vizinhos é a questão da árvore que está caindo no seu pátio, as calçadas que não consegue transitar, baixar o meio fio nas esquinas para o cadeirante passar. Isso tudo é trabalho que o CC, Cargo em Confiança, poderia fazer, coordenado pelos funcionários dos órgãos. Para isso tem que ter secretaria, Ver. João Bosco Vaz, forte, com estrutura, com capacidade de fazer isso. Então a sugestão que eu dou é que não basta multar, temos que, primeiro, orientar. Ir lá, ver, *in loco*, qual o problema da rua, da calçada, por que tem buraco. Então, eu acho que esse é um tema muito importante. Nós não temos ideia de quantas pessoas torcem o pé, quantas pessoas em cadeira de rodas não conseguem passar na calçada, quantas conseguem ou não atravessar a rua porque não foi rebaixado o meio fio da esquina. São coisas simples que conseguimos fazer com parcerias. Hoje, além dos motoristas, Ver. João Bosco Vaz, temos os aplicativos que podem informar na Cidade quantos buracos têm em determinado bairro. Seria fácil para nós. Nós sabíamos que na Zona Norte existiam mais buracos, porque os funcionários iam lá com a planilha, sabendo que a Zona Norte é maior, mais populosa, é onde estão as empresas de caminhões de transporte, onde aconteciam mais buracos do que em outras regiões. Então, tu tens que ter um mapeamento. Secretário, pegue esses CCs que, às vezes, não estão fazendo nada na sua secretaria, dê uma planilha com uma caneta para eles irem para rua anotar onde estão os problemas da Cidade – simples de resolver. Um abraço, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Apregoo o processo Sei nº 037.00042/2019-32, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis – Cofeci, em Brasília, no dia 18 de março de 2019. Tal participação ocorrerá sem qualquer tipo de ônus para a Câmara Municipal.

A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sra. Presidente, vereadoras e vereadores, hoje se comemora o Dia Nacional dos Animais, que visa a conscientizar para se evitar maus tratos. A temática que vou falar é sobre animais abandonados, que é um problema recorrente, não só em Porto Alegre, como no Brasil e em países desenvolvidos. Começo falando de uma notícia, quase uma *fake news*, que dava conta de que a Holanda havia conseguido acabar com os cães abandonados nas ruas. Num primeiro momento todos comemoraram o que é até razão de querer saber como haviam conseguido. Mantive contato com a embaixada do Brasil em Haia, com o governo holandês e ONGs de proteção europeias. Fui informada, ficando estarelecida, que realmente não havia cães de rua na Holanda, mas o motivo era de que o código civil Holandês autoriza prefeitos a eutanasiarem animais não procurados. Esse mecanismo, nós já superamos no Brasil, pois a eutanásia não é mais aceita como método de controle populacional de animais domésticos. E, desde 1990, a Organização Mundial de Saúde, nos seus informes técnicos, considerou mais oneroso esse terminar do que realizar o controle populacional pela esterilização cirúrgica, que, no Brasil, pela Lei Federal nº 3.426, de 2017, já definiu esse ser o único procedimento cirúrgico aceito.

Retornando ao nosso dia a dia, existem animais abandonados nas ruas, nas residências, em prédios comerciais, áreas e prédios desativados ou livres para futuros empreendimentos imobiliários. Os animais abandonados nas ruas estão misturados com os comunitários. Além disso, é um costume, principalmente aqui, no Sul, que os cães devem dar as voltinhas, voltinhas que, muitas vezes, não têm volta, pois acabam sendo atropelados, ou envenenados, e, se sobrevivem, podem atacar pessoas ou outros animais, gerando conflitos e danos.

Quanto aos animais soltos, recebi relatos do Pedro Mello, do Web Notícias Alegrete, e da Dra. Nara, da ONG Opa, sobre cavalos, bovinos, cães e gatos espalhados pela Cidade. Esses casos são diários, como, no mês passado, quando, com toda aquela chuvarada, um cavalo foi desatrelado da carroça, abandonado no meio da rua com a pata quebrada, ficou agonizando, e acabou sendo sacrificado pelos veterinários. E o responsável saiu caminhando sem prestar auxílio ao animal. Esse tipo de comportamento relativo ao descarte de cavalos era muito comum em Porto Alegre, antes da implementação da lei de retirada gradativa das carroças. Sei disso, pois acompanhei desde a construção da lei até a sua implantação, como ativista da causa animal. Fui assessora parlamentar aqui mesmo, na Câmara, na época, e levei a temática ao Ministério Público. Fui gestora na Prefeitura e, finalmente, como vereadora, cobrei do poder público a vigência da lei. Entendo que essa repetição de comportamento se dá principalmente pela situação de impunidade a lei federal e estadual. Entretanto o crime de abandono e maus-tratos é considerado de menor potencial ofensivo, convertido em cestas básicas ou serviços comunitários. Diante disso, criamos a campanha nacional Cadeia para Petcídio para contribuir na aprovação do Projeto de Lei nº 134, de 2018, já aprovado na Câmara Federal e agora está no Senado, com a senadora Soraya, e com a relatora, senadora Simone Tebet. Tem forte atuação este projeto, que prevê quatro anos de reclusão em regime fechado. É pouco, mas é muito melhor do que temos hoje, pois quem maltrata animal maltrata os seus semelhantes.

Nesse sentido, é importante salientar que, no início do mês passado, o Conselho Nacional de Justiça, fez postagem em suas redes sociais orientando invadir imóvel para resgatar animais em maus-tratos, que é constitucional. Diz o CNJ que, todas as vezes em que um animal estiver sendo espancado ou sofrendo maus-tratos dentro de um imóvel particular, é constitucional e legal, conforme o Código Penal, qualquer pessoa invadir o local, independentemente de autorização para resgatar o bicho. E esses abandonos de animais são uma das causas da superpopulação de cães e gatos, que ocasionam distorções no controle populacional, como em Parobé, onde quatro pessoas resolveram castrar, pelo menos três cães, na ponta de faca, sem qualquer técnica, assepsia ou anestesia. Ainda os animais abandonados acabam se abrigando em áreas que estão à espera de empreendimentos imobiliários. Por fim, o Município necessita de implementar programas de educação aos tutores, uso de microchipagem, cadastro de animais domésticos, para que a fiscalização tenha condições de identificar os criminosos que ainda teimam em cometer crimes aos animais e abandono destes. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR DR. GOULART (PTB):** Boa tarde, Presidente Mônica Leal; eu estava, há pouco, me lembrando ali dos quatro anos que passei sentado ao lado do seu pai, num dos nossos mandatos, que era uma estrutura de uma biblioteca viva, de tanta informação que tinha o Cel. Pedro Américo Leal. Sras. Vereadoras, Srs. vereadores, tenho observado muito um trabalho importante para esta Casa, que é feito por um jovem vereador, que é o Mendes Ribeiro Filho. O Mendes teria mesmo, obrigatoriamente, que redundar num belo parlamentar, uma vez que o foi o seu avô, seu pai, e seu irmão é um excelente orientador no serviço público, o Fernando Mendes Ribeiro, nosso querido auxiliar na SMIC, naqueles quatro anos em que passei na SMIC. O vereador tem sempre apresentado projetos palpantes, projetos interessantes. Não apresenta projetos inócuos, sempre projetos que redundam na conversa, e os projetos que são aprovados têm resolvido com muita realidade os pactos que ele percebe na Cidade.

Então, é assim o projeto que está em 2ª sessão, chamado projeto dos cuidados paliativos. Vocês não imaginam a importância dos cuidados paliativos, que são aqueles cuidados para que tenha bem-estar uma pessoa que não tem projeto maior de tratamento pelas lesões que apresenta, pela redução da acuidade intelectual que apresenta, pelo estado em que se encontra. Quantas pessoas que estão nos escutando têm um parente na sua casa, ou um parente na casa de outras pessoas, ou seus amigos naquilo que se chama estado vegetativo? O que é isso? São aquelas pessoas que, por alguma doença, tiveram morte cerebral ou tiveram diminuição da acuidade cerebral e não são capazes de tomar banho, não são capazes de trocar sua roupa porque estão

entrevados numa cama. Essas pessoas não têm plano terapêutico em vista, porque a maioria delas está com tecido cerebral morto, com tecido cerebral sem funcionamento, e aí passa a ser um problema, Ver.<sup>a</sup> Mônica, porque essas pessoas não podem mudar a sua roupa, essas pessoas não podem se alimentar, não podem fazer sua higiene após suas necessidades biológicas, e toca para alguém fazer isso.

Existem dois momentos sublimes do ser humano: um é quando a mulher exerce, na plenitude da sua consciência, o ato de amamentar. A amamentação é um ato sublime, soberbo. Quantas vezes a mulher está amolada, porque fez uma cesariana mais trabalhosa, está com dor na barriga, está cansada, são três horas da madrugada e o nenê chora de fome, e é com desprendimento, às vezes até com um pouco de lágrimas nos olhos, às vezes dormindo um pouquinho, cochilando, que ela amamenta o seu nenê. Esse é um momento sublime, e o outro momento sublime – acreditem, meus queridos colegas vereadores – é cuidar do outro que está à mercê do tempo, à mercê da vida, à mercê de tudo o que acontece e que não pode se cuidar. Esse ato de cuidar do outro... E casualmente está entrando ali o meu querido companheiro, meu motorista, meu guarda-costas, meu secretário, filho da lendária Sula, da Zona Sul, o meu querido Adriano que está ali chegando, que é o cuidador da minha pessoa, que tem a doença de Parkinson. Quando eu estou com uma crise de Parkinson, eu sou cuidado pelo Adriano, e ele não sabia que eu ia prestar esta homenagem a ele, por acaso ele entrou ali agora. Vocês não imaginam o que é se desprender das tuas coisas e mudar a roupa de outra pessoa, tirar o suor da outra pessoa, ajudar a outra pessoa. E isso é o que propõe o nosso querido Mendes Ribeiro, mas ele não está falando de qualquer pessoa, ele está falando daquela pessoa que está ocupando um leito no hospital, porque no hospital não tem mais sentido que essa pessoa fique, porque ela precisa do calor humano da sua família, dos cuidados da sua família, de um cuidador da sua confiança. E ele propõe que aqueles pacientes desocupem seus leitos para que outros não estejam nessa mesma posição, sejam tratados antes, aqueles que têm cura, e que eles possam ter esses cuidados orientados por algum serviço de saúde. E aí a importância do postinho de saúde com os agentes comunitários de saúde, o cuidado domiciliar dessas pessoas entrevadas. Na próxima vez – eu quero agradecer à querida Mônica que me deixou esse momento de complementação da fala –, eu vou falar do nosso pensamento, no nosso Gabinete, que é ter um hospital próprio para isso. Mas por enquanto voto com louvor no seu projeto, meu querido Mendes Ribeiro. Obrigado, querida Mônica.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Sra. Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, eu quero só compartilhar com o público que nos assiste e com o plenário que eu, nesta semana, protocolei um pedido de providência para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Todos nós estamos acostumados a ver, aqui, as galerias cheias pelo sindicato

dos municipais de Porto Alegre, sabemos que o Simpa, mais de uma vez, já invadiu o plenário da Câmara, evitando os debates da Casa. E há um assunto sindical nacional que é a edição da Medida Provisória nº 873, pelo Presidente Jair Bolsonaro, que estabeleceu o critério e o processo para o recolhimento da contribuição sindical, que deixa de ser agora através da folha de pagamento, com o desconto em folha, para ser apenas e unicamente quando o sindicato envia um boleto para o trabalhador, para que o trabalhador faça esse pagamento – isso é o que diz a Medida Provisória que foi exarada. O que nós fizemos, nesta semana, foi um pedido de providência para a Prefeitura de Porto Alegre no sentido de que atenda imediatamente os termos da Medida Provisória nº 873 e deixe de fazer qualquer repasse ao Simpa e a qualquer outro sindicato que represente os funcionários públicos municipais, sem ser através do procedimento da medida provisória, que é o envio direto do boleto para a casa dos funcionários. Então, o que nós pedimos agora é que a Prefeitura de Porto Alegre cumpra a Medida Provisória nº 873 e deixe de fazer qualquer recolhimento sindical para manter esse sindicato que, por diversas vezes, não deixa os debates acontecerem na Câmara Municipal de Porto Alegre, isto é, está acabando a era do financiamento dos sindicatos de forma compulsória. Os sindicatos agora terão de gerar valor para os seus associados para receberem as suas contribuições. E gerar valor, na cidade de Porto Alegre, não é interromper a democracia, não é impedir a democracia de funcionar. Então, estou solicitando, apenas para dar conhecimento aos colegas, que a Prefeitura deixe de fazer o recolhimento e o pagamento ao sindicato dos municipais das verbas sindicais. O sindicato que vá trabalhar e enviar aos seus associados os boletos para que eles, só os que querem contribuir com essa conduta sindical, terminem por fazê-lo. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Sra. Presidenta, Mônica Leal, meu colegas vereadores e vereadoras, o colega que me antecedeu aqui, na linha do neoliberalismo puro ou da entrega do Estado, não admite o contraditório e o direito dos trabalhadores, sabe que, nesse momento, a Medida Provisória nº 873 já foi derrubada na Justiça, que determinou que se mantenha as regras do relacionamento dos sindicatos com os empregadores, bem como o Congresso Nacional acaba de divulgar uma notícia no sentido de que irá devolver essa medida provisória.

É nessa linha que quero dialogar com a cidade de Porto Alegre. Quero falar aqui de uma das joias, das preciosidades que o Município de Porto Alegre construiu ao longo de sua história, que é o Departamento Municipal de Água e Esgotos, que, nesse momento, tem sido defendida, por essa mesma visão neoliberal, a entrega do patrimônio público para o setor privado. Depois, a população não tem para quem reclamar. Vejam, senhores e senhoras, esse movimento que foi forte na Europa, que iniciou na década de



90, hoje faz um movimento inverso. A Alemanha é a campeã de reestatizar as empresas públicas que foram privatizadas, ou as empresas que prestam serviços públicos. Já reestatizou 820 empresas públicas. Por quê? Porque a qualidade do serviço cai, os preços aumentam e o Estado fica desprotegido. Aí quero dizer aqui sobre o DMAE, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Eu quero lembrar, aqui, do Ver. João Antonio Dib, que é um dos grandes defensores de José Loureiro da Silva, que era do Partido Democrata Cristão, em 1961, criou o Departamento Municipal de Água e Esgotos. Esse Departamento, hoje, tem 84% de aprovação pela população de Porto Alegre. Este mesmo DMAE atende a 100% da população urbana com água, e, depois da inauguração do Pisa, que é um projeto que eu tenho a honra e a satisfação de dizer que foi elaborado na nossa gestão da administração popular e que ainda precisa ser concluído, atinge 60% do tratamento do esgoto, mas tem potência para 80%. Temos que atingir os 100%.

**Vereador Ricardo Gomes (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, agradeço a gentileza pela concessão do aparte. Quero apenas pontuar que, em primeiro lugar, o projeto que está aqui na Câmara não é um projeto de privatização do DMAE, ele é um projeto de concessão para ampliação de serviços, e em segundo lugar, lhe dizer que como liberal me senti mencionado por V. Exa. e lhe garanto que o projeto liberal não é entregar o DMAE. Talvez fosse vendê-lo, mas não entregar de graça. Quem entrega de graça foi o Presidente Lula, que entregou uma refinaria, para a Bolívia, de graça, isso, sim.

**VEREADOR ENG<sup>o</sup> COMASSETTO (PT):** Nada melhor, nesta Casa, do que debatermos os pontos. Quando falo aqui em entregar sob o ponto de vista da nossa linguagem, é repassar para a iniciativa privada, assim como fez Fernando Henrique Cardoso, que entregou a Vale, que está hoje cometendo crimes ambientais, por menos de um décimo do que valia no mercado. Isso é entregar, é entregar patrimônio. Nós somos, aqui, defensores do Departamento Municipal de Água e Esgoto. Vou concluir, Sra. Presidente, dizendo que esta autarquia, vou repetir aqui, não só ela como seus funcionários, são a joia de Porto Alegre, são a preciosidade de Porto Alegre, e temos que defendê-la e garantir esse serviço.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Comassetto, obrigado pelo espaço. Quero dizer, para deixar bem claro aqui, que sou contra a privatização de duas autarquias: o caso da Corsan no Estado, e o DMAE na Cidade. Mas também não posso esquecer, porque passei com V. Exa. aqui, que o DMAE salvou várias vezes o governo de vocês, que estava ruindo nos últimos 16 anos, prova está que vocês não chegam mais ao segundo turno no Município. Ali, esta Casa, e V. Exa. sabe disso, para salvar administrações péssimas de vocês, começou a emprestar dinheiro para vocês. V. Exa. sabe, não vai negar. Quantas vezes esta Casa, suscitada pelo Prefeito, teve que salvar o Município, devido ao ruir de suas contas? Sou a favor do DMAE, ele tem que melhorar hoje, aí voltando para hoje, que é o que V. Exa. quer saber, acho que o DMAE tem isenções de Cofins e outros, tem que ir

ao mercado, sim, buscar esse dinheiro para revitalizar, mas, sem dúvida, o DMAE de hoje não é o de ontem. Vocês até asfalto nas vilas colocaram com o dinheiro do DMAE, V. Exa. sabe.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** É verdade. Fizemos muito com o dinheiro do DMAE, e sem o dinheiro do DMAE! E é correto que o DMAE, na administração do nosso querido e saudoso João Verle, repassou dinheiro para o caixa único para fechar a folha de pagamento daquele ano, e essa medida foi tão bem vista que os governos Fogaça e o Fortunati a mantiveram, e agora o governo do Marchezan continua com essa lógica, mas isso tem que ter limite, Cassiá, não dá para descapitalizar o DMAE e dizer que ele é ineficiente. Nós precisamos, neste momento, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, de R\$ 280 milhões para investir no DMAE, para resolver o problema de desabastecimento de água. Quero dizer que, em 2007, eu já anunciava, desta tribuna, que se não houvesse novos projetos iria faltar água no Extremo-Sul, na Lomba do Pinheiro e na Zona Norte, como está acontecendo. Hoje, Ver. Cassiá, o DMAE tem saldo positivo, ele pode, sim, em 20 anos pagar essa infraestrutura que nós precisamos com o seu próprio trabalho. Eu concluo a minha fala dizendo que o DMAE é uma joia de Porto Alegre, e não podemos entregar as joias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Srs. Vereadores, eu não ia falar, mas quero entrar nessa discussão, já havia falado em Comunicação de Líder do problema do aeroporto, mas acho que esta é uma discussão interessante. Ver. Ricardo Gomes e Ver. Comassetto, acho interessante quando a gente fala que uma empresa é do povo de Porto Alegre ou do povo do Rio Grande do Sul. Vamos pegar o exemplo da CEEE e depois falar do DMAE. A gente vê as pessoas dizerem: “A CEEE é do povo do Rio Grande”. Eu tenho uma proposta: a gente quantifica o valor da CEEE, transforma esse valor em ações e distribui uma ação para cada cidadão do Rio Grande do Sul; aí a CEEE será do povo do Rio Grande. Hoje, as empresas não são do povo, as empresas são estatais, do Estado, dominadas pelas corporações. No governo do Tarso Genro, ele tomou uma decisão política. Ele tinha um recurso em caixa e pagou R\$ 1,6 bilhão de indenização trabalhista ao invés de investir em rede. O senhor, que mora no Extremo-Sul de Porto Alegre, sabe que, por exemplo, nós temos um déficit de energia no Extremo-Sul. A CEEE, uma empresa que vende luz, não tinha dinheiro para investir em rede. Não tem nada que seja mais rentável do que vender luz; vende à vista, se não pagar, não tem, corta. A empresa está quebrada. Por quê? Porque os sindicatos quebraram. A quem os sindicatos são ligados? Historicamente, via de regra, à esquerda, principalmente ao PT. Então esse é um problema que acontece, se apropriaram das empresas públicas, dilapidaram as empresas

públicas, enriqueceram colegas meus advogados. Depois, vem falar que é público. Não é público, é estatal, dominado pelas corporações.

**Vereador Engº Comassetto (PT):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Não esquecendo que, quando o governo Britto privatizou dois terços da CEEE, todas as dívidas e todos os passivos trabalhistas ficaram aqui com a CEEE existente, vendendo uma parte limpa.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Muito obrigado. É isso o que acontece. Agora, DMAE. Eu defendo que, estrategicamente, algumas empresas têm que ter a manutenção do Estado. Agora, se criam certas narrativas, naquela velha estratégia de repetir a mentira até que ela vire verdade, e as coisas vão pegando. Então, eu tenho que vir à tribuna para colocar os pingos nos is. Ninguém está falando em privatização do DMAE, e acho que não se deve falar em privatização do DMAE; a gente pode falar de modelos de parcerias público-privadas, como, por exemplo, a locação de ativos, o que atenderia o Extremo-Sul, volto a dizer, a sua região.

A estação de tratamento do Arado é uma estação que poderia ser viabilizada, entre outras formas, por uma parceria público-privada através da locação de ativos. O que é isso? A empresa vai lá, um privado vai lá, Ver. João Bosco, constrói, e o Município aluga por um período de 25 anos a água que é produzida ali naquela estação, e, ao final, o Município incorpora ao patrimônio do DMAE aquela estação. Nem isso essa esquerda dogmática admite; cria um medo, um pânico nas pessoas de que o patrimônio que é de todos, e, como eu disse, não é, vai ser privatizado. Nunca ninguém falou. Agora, o que acontece é que o Município não tem recurso para fazer a estação lá de Belém Novo, e as pessoas, vai verão, vem verão, padecem quatro, cinco, seis dias sem água. A água é de todos. Que bom que a água é de todos. O povo lá nem água tem! Que história é essa?! Que demagogia é essa?! Vamos dar água para esse povo, vamos botar água em Belém Novo, vamos botar água na Lomba do Pinheiro, vamos botar água na Pitinga, vamos botar água na Edgar Pires de Castro, vamos botar água no Lami, precisa de uma estação, e, para ter uma estação, tem que ter investimento. Então, quando falam que é do povo, que é público – alto lá! –, estão mentindo para o senhor e para a senhora. Na verdade, é estatal, do Estado, é tomado por corporações que dilapidam essas empresas. Volto a dizer: acho que existem empresas que podem e devem ser públicas em funções estratégicas, até para ter o que no mercado a gente chama de *benchmarking*, tem que ter alguma coisa que sirva de parâmetro, de comparação. Hoje, a gente pode, por exemplo, comparar a AES Sul, que foi privatizada, a RGE, que foi privatizada, com a CEEE. Eu tenho certeza de que inclusive essa comparação ou essa competição fez com que a CEEE melhorasse muito mais. Agora, não afasta o fato de que a CEEE está infelizmente quebrada, que o patrimônio dela hoje é menor do que a dívida que ela tem. Quem fez isso? Foi o povo do Rio Grande? Não! Se fosse do povo mesmo, eu acho que toda vez que vai pagar uma indenização milionária dessas tinha que consultar o povo, num plebiscito, para saber se o povo quer pagar R\$ 1,6 bilhão de indenização trabalhista para corporações. Aí, tem um outro

fenômeno que só acontecem nas empresas públicas. Se o cara, Ver. Rafão, entra com uma ação trabalhista contra uma empresa privada, é causa de rescisão indireta de contrato. Ele vai receber eventuais direitos que tenha lá, rescinde o contrato, ele vai embora. Com empresa pública não acontece isso. Entra todo mundo contra a empresa pública, ganha um monte de dinheiro da empresa pública, que nós, que vocês que estão nos assistindo na TVCâmara pagam, e, no dia seguinte, continua a vida, ele continua trabalhando lá, e as empresas quebrando.

**Vereador Ricardo Gomes (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Lembrando que o então governador Tarso Genro era advogado trabalhista de empregadores e sabe muito bem o que gera passivo trabalhista. E depois de ter administrado a CEEE, o passivo trabalhista só cresceu.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Então, esse discurso e essa mentira estão muito bem conhecidos hoje em dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; é salutar fazer este debate. Volto a dizer que hoje o Brasil vem nesta onda neoliberal de diminuir o tamanho do Estado. Há pouco, o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, apresentou a política municipal da saúde, vão terceirizar o serviço de saúde nas comunidades. Mas eu não vi o vereador vir aqui defender a qualidade do trabalho do Mais Médicos, que mantinha os médicos na periferia. Eu queria muito, Ver. Valter, que o MDB viesse aqui e fizesse uma prestação de contas das privatizações que fez o então governador Antônio Britto. Para onde foi a riqueza da venda de todos aqueles recursos do Rio Grande do Sul, com a entrega do patrimônio público?

Quero voltar ao tema do DMAE e dizer que está aqui para a nossa imprensa, para os colegas vereadores, um artigo que eu escrevi em fevereiro de 2012, dizendo exatamente o que está acontecendo hoje na cidade de Porto Alegre. O título dele é “Falta d’água: a cidade tem sede de soluções”. A Cidade continua com sede de soluções. Entre elas, há a questão do Extremo-Sul, por exemplo: quero registrar que está pronto o projeto elaborado pelo então prefeito Raul Pont, que o mandou para esta Casa. Nós aprovamos, em 2007, ou 2008, a área lá do Arado, foi feita uma permuta com uma empresa privada. Nós também aprovamos o regime urbanístico para desenvolver o projeto, e foi doada, para o Município, a área para fazer a Estação de Tratamento de Água do Extremo-Sul, para atender toda a região. Por que não foi feito? Porque não seguiram a orientação técnica e política do Departamento Municipal de Água e Esgoto. E aqui quero defender: se há funcionários qualificados, engenheiros, arquitetos,

biólogos, químicos, esses estão lá no DMAE. O projeto Pisa foi 100% desenvolvido e coordenado pelos técnicos, pelos engenheiros, pelos arquitetos, pelos administradores do DMAE, mas, hoje, para resolver o seu passivo, ou seja, resolver os problemas da Cidade, precisa de R\$ 1,7 bilhão. A auditoria diz, dos cálculos do DMAE, que o próprio DMAE pode fazer esse investimento e pagá-lo em 20 anos, com os recursos gerados pelos trabalhadores dessa empresa pública. E aí vem a divergência: a empresa é pública, sim; a empresa é da municipalidade. Cada um de nós tem uma parte dessa história, tem uma parte dessa empresa.

O Ver. João Antonio Dib, que foi engenheiro do DMAE, que dirigiu o DMAE, que foi prefeito desta Cidade, sabe da qualidade técnica que lá existe e da qual estou falando aqui. Nós não podemos correr o risco de dizer aqui: vamos entregar o DMAE, porque os operários não trabalham! Não. Tem que ter orientação política. O DMAE elabora projetos, o DMAE desenvolve projetos, o DMAE constrói projetos, tanto que está lá o Pisa – Programa Integrado Socioambiental. E como foi construído? Coordenado pelos engenheiros. De onde veio o dinheiro? A então, presidente Dilma Roussef veio para a inauguração, e muitos dos vereadores, que aqui criticam, estavam lá, como o Fogaça e o MDB todo, batendo palmas para aquele projeto, que trouxe benefícios para Cidade. Isso tem que ser reconhecido: ninguém fez mais pelo saneamento da Cidade que o DMAE, na sua história, desde 1961, quando foi criado pelo José Loureiro da Silva, do então Partido Democrata Cristão. Então, nós temos essa clareza e defendemos isso: o DMAE é patrimônio público. E aqui está a matéria escrita em 2012, sobre o que iria acontecer se não houvesse investimentos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Encerrado o período de Comunicações.

Passamos ao

### **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores, plateia, você que nos assiste pela TVCâmara; eu quero, na pessoa da Presidente Mônica Leal, parabenizar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher e também parabenizar a Presidente Mônica pelo grande evento que foi realizado: Convicções e ambições da chefe do Legislativo”. Eu estive lá, fiquei por um tempo, e quero destacar aqui uma frase do seu pai que a senhora citou, com relação a sua vida pública: “Faça tudo dentro da lei”. Em outras palavras: faça tudo direito, faça tudo corretamente. Diante disso, a gente tem visto que é bom lembrar o que os nossos pais nos ensinaram, já que nós vivemos numa sociedade completamente desestruturada. É uma orientação, inclusive, nos cursos que estão sendo dados agora para aqueles que

estão se formando nos conselhos tutelares. Há uma estatística muito triste para nós: 70% dos presidiários se queixam da ausência paterna. É por isso que nós vemos, hoje, uma sociedade completamente desestruturada e destruída. E nós vimos o resultado disso ontem, quando dois jovens entram numa escola armados. E não estamos aqui criticando o fato deles terem sido criados pelas suas avós, não terem tido os pais, mas porque vimos a ausência dos pais na orientação dos filhos, na diretriz para a família, no disciplinamento dos filhos, e nós lidamos com isso e sabemos como hoje nós temos pessoas completamente desestruturadas, desequilibradas na nossa sociedade, justamente por causa disso. Diante disso, nós temos visto crescer, de forma assustadora, houve um aumento de 37% de casos de depressão entre os adolescentes, e mais de 200% na taxa de suicídio de crianças de 10 a 14 anos pela ausência da família, pela ausência paterna. Quando falamos em uma sociedade com tanta violência, realmente o que precisamos é a estrutura familiar. Nós trabalhamos com isso, incentivando o poder público a incentivar a questão da família, mas o que vemos é que a orientação tem sido contrária a isso.

Também quero falar sobre algo que tem ocorrido, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, com a marca de 3,062 milhões de inadimplentes; só em Porto Alegre, no mês de dezembro, 479,706 mil pessoas foram consideradas inadimplentes, dado o desregramento financeiro justamente pela falta de orientação. No Brasil, 62,5 milhões de pessoas estão com dívidas atrasadas, com o nome no cadastro de restrição de crédito. Tudo isso pela falta de orientação financeira dentro da família, dentro das escolas, e vemos isso sendo trazido, muitas vezes, para a gestão pública, onde se gasta mais do que se ganha, onde se gasta o que não se tem, onde se vive muitas vezes de aparência. O resultado disso são famílias desestruturadas em função da sua questão financeira.

Eu quero fazer uma referência, conversando há poucos dias com o professor, Ver. Prof. Alex Fraga, e ele me disse que o seu tempo, no dia anterior, foi brincando com os seus filhos. Eu parabeneizei ele, e disse a ele que os filhos precisam dessa referência dos pais brincando com eles. Essa desestrutura familiar dá origem em tanta gente com depressão, tomando decisões erradas, sem referência de família, sem referência paterna, e o resultado está no caos que nós estamos vendo na nossa sociedade.

Como disse em uma entrevista o nosso vereador, Comissário Rafão, muitas vezes é uma questão de escolha do caminho errado. Por isso deixo aqui a minha palavra, nesta tarde, aos senhores, dizendo da importância da família – devemos lutar pela família, porque é ela que vai gerar uma sociedade bem estruturada ou uma sociedade completamente desestruturada –, caso contrário continuar assistindo ao caos que nós estamos vendo em nossa sociedade. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, agradeço ao Ver. Pujol pela cedência do espaço de líder nesta Casa. Quero falar um pouco sobre a saúde de Porto Alegre nos hospitais. A nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente está se propondo, a cada semana, a fazer uma visita aos hospitais para ver como está a contratualização com o Município, o que se pode fazer para melhorar ou ainda o que se pode fazer para que nós, vereadores, possamos interceder junto ao Executivo para as ações andarem mais rápido. Estivemos hoje de manhã no Hospital Restinga, o qual atualmente é gerenciado pelo Hospital Vila Nova e ficamos surpresos. Surpresos pelo tratamento com as pessoas, pelo trabalho realizado naquele hospital, que virou um centro de referência, inclusive tinham *vans* do interior, conveniadas com secretarias de saúde municipais, que ali estavam trazendo pessoas para serem atendidas. Fiquei surpreso quando a média de atendimento naquele hospital chega, muitas vezes, a 400 pessoas efetivas. A emergência, evidentemente, nesta época em que já começa a trocar o clima, estava um pouco lotada, mas todos exames laboratoriais hoje são feitos dentro daquele hospital, o que no passado não era feito, os exames solicitados eram feitos no centro da Cidade, tendo que lá retornar, fazendo com que os pacientes ficassem até 24 horas. Hoje o prazo máximo para os exames necessários para uma consulta prévia não passam de 30 minutos. Isso é muito importante, é de se saudar aquele hospital pelo atendimento que está dando à população do Extremo-Sul.

Também há uma proposta de abrir o setor de maternidade. No Extremo-Sul, o hospital mais próximo e que não tem convênio com o SUS é justamente na Oscar Pereira. Nós não temos, eles têm que vir ao Centro da Cidade. E uma mãe, quando necessita sair para ganhar o seu bebê, até chegar ao Centro da Cidade pode, no caminho, ter que interromper a sequência de chegar ao hospital e, muitas vezes, pode causar a morte. Então, temos que saudar quando existem coisas boas acontecendo no Município. O hospital necessita, para implantar imediatamente o setor de maternidade, pouco mais R\$ 2 milhões. Com os atendimentos que vêm sendo dados, o hospital está dando gratuitamente cerca de 20% a mais do que a contratualização com o Município para atender os pacientes. Pode, sim, o Município desembolsar valores maiores onde há o aproveitamento dos recursos, aquele aproveitamento que a gente vê que é aplicado na população e na população mais carente que é justamente o nosso Extremo-Sul, a nossa Restinga. Hoje são 200 mil pessoas que residem a partir da Restinga, passando por Lami até o Belém Novo. Sem contar a Lomba do Pinheiro, em que o trajeto hoje é feito via Lomba do Pinheiro para chegar a Restinga, e aquelas pessoas preferem, muitas vezes, chegar mais rápido ao hospital da Restinga do que vir ao Centro da Cidade.

Então, quero dizer que vamos continuar com esse trabalho de visitas aos hospitais. Visitamos, na semana passada, o Hospital Beneficência Portuguesa. Hoje ele tem uma contratualização apenas para pagar a dívida passada. Mas é importante que o Município também amplie a contratualização desse hospital – como estão pagando o Município, parcelaram em cinco anos – para que eles possam, sim, com que haja mais contratualização principalmente no setor oftálmico, porque hoje nós temos cerca de 10 mil pessoas, em Porto Alegre, na fila de espera por falta hospital, e aquele hospital tem

todos os equipamentos necessários ali à disposição da comunidade, faltando apenas a contratualização com o Município. Quero agradecer, Sra. Presidente, pela oportunidade. E quero dizer: vamos trabalhar com a saúde em primeiro lugar.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1254/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/18**, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que altera o § 1º do art. 31 e inclui al. *d* no inc. III do *caput* do art. 37 na Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, e alterações posteriores, alterando o rol de estabelecimentos incluídos na categoria de consumo residencial de água e incluindo associações recreativas, escolas de samba e entidades carnavalescas no rol das instituições beneficiárias da tarifa social do consumo de água.

**PROC. Nº 1267/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/18**, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que inclui a alínea *ab* no §3º do art. 20 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, incluindo os atuários no rol das profissões que especifica.

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1294/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 131/18**, de autoria do Ver. Luciano Victorino, que obriga os estabelecimentos comerciais sediados no Município de Porto Alegre e os órgãos públicos municipais da Administração Direta e Indireta a publicizar, por meio da fixação de cartaz ou placa, o conteúdo do art. 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre – LOMPA.

**PROC. Nº 0007/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/19**, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que institui o Programa Municipal de Cuidados Paliativos.

**PROC. Nº 0012/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/19**, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Semana de Combate à Corrupção no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana



que incluir o dia 9 de dezembro. **Com Emenda nº 01.**

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h59min.)

\* \* \* \* \*